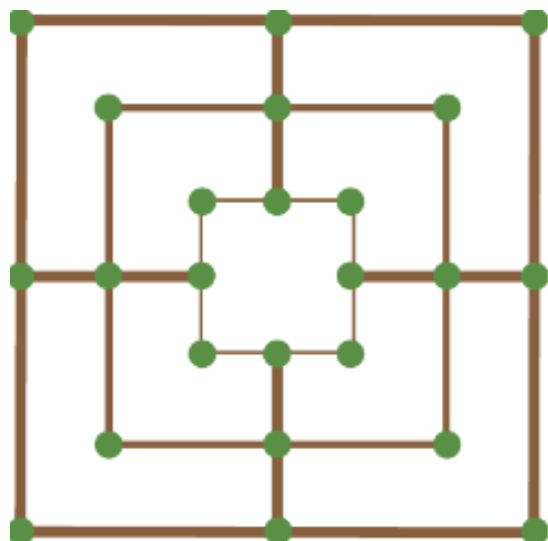


# CAMAGRO

Câmara de Arbitragem e Mediação do Agronegócio

## M&A NO AGRONEGÓCIO

### Projeto “Único”



## VIII COMPETIÇÃO DE ARBITRAGEM NO AGRONEGÓCIO CAMAGRO

Maio  
2026

### Sustentações Orais

06 a 09 de Maio (*online*)  
22 e 23 de Maio (*presencial*)

### Organização

Câmara de Arbitragem e Mediação do Agronegócio  
CAMAGRO

## SUMÁRIO

<b>Documento</b>	<b>Página</b>
Carta Leticia Parker	4
Requerimento de Arbitragem	6
Anexo Requerente #1	11
Anexo Requerente #2	23
Anexo Requerente #3	27
Anexo Requerente #4	28
Anexo Requerente #5	29
Anexo Requerente #6	33
Carta - Secretaria CAMAGRO (Recebimento do Requerimento)	35
Carta Catarina Suckling	39
Resposta ao Requerimento de Arbitragem	41
Anexo Requerida #1	47
Anexo Requerida #2	48
Anexo Requerida #3	51
Anexo Requerida #4	53
Carta - Secretaria CAMAGRO (Recebimento da Resposta ao Requerimento)	54
Resposta à Reconvensão	55
Carta - Secretaria CAMAGRO (Constituição do Tribunal Arbitral)	58
Carta - Secretaria CAMAGRO (Comunicado Termo de Arbitragem)	60

Termo de Arbitragem	61
---------------------	----

**Letícia Parker**

OAB - 22112018

Endereço (...) São Paulo/SP - Brasil

Tel (*omissis*)

letícia@parker.com.br

14 de julho de 2025

**Por e-mail e via postal**

Ao Senhor Paulo Hobbs

À Câmara de Mediação e Arbitragem do Agronegócio - CAMAGRO

Venho através deste e-mail submeter o Requerimento de Arbitragem, em nome da Quinta do Vale Meão (“QVM”), onde poderão ser encontradas todas as informações necessárias, conforme o art. 3º do Regulamento de Arbitragem da Câmara. Ademais, segue cópia da procuração com autorização para representação processual da QVM.

A QVM pretende receber os valores previstos do *Earn-out* e a responsabilização da Valbuena Holding S.A., pelos danos causados no âmbito do *Share Purchase Agreement*, celebrado entre as Partes em 18 de dezembro de 2023, que teve por objeto a aquisição, pela Requerida, de 70% do capital social da Requerente.

A cláusula compromissória firmada pelas Partes prevê que a sede da arbitragem será preferencialmente na cidade de Matopiba, estado do Pantanal, Brasil, bem como que o procedimento será conduzido por Tribunal Arbitral composto por três membros.

Por último, a QVM indica a Sra. Fatima Favacho para atuar como árbitra no presente processo arbitral.

Cordialmente,

**Letícia Parker**



ANEXO 01: Contrato SPA

ANEXO 02: Estatuto social QVM

ANEXO 03: Notícia - AgroNews

ANEXO 04: Notícia - AgroNews

ANEXO 05: Troca de emails - “*Lista Restritiva*”

ANEXO 06: Conclusão do *Expert Determination*

## **CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DO AGRONEGÓCIO**

**Quinta do Vale Meão S.A. (“QVM”)**, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Matopiba, estado do Pantanal, Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº (*omissis*), aqui representada por sua advogada, Letícia Parker, vem requerer, nos termos do Art. 3º do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem e Mediação do Agronegócio (“CAMAGRO”), a instauração de

### **PROCEDIMENTO ARBITRAL**

em face de **Valbuena Holding S.A. (“Valbuena”)**, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº (*omissis*), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil.

### **I. SÍNTESE FÁTICA**

1. A Requerente, QVM, é uma empresa consolidada como referência regional no setor cafeeiro. Sua atividade é pautada pela adoção de práticas sustentáveis, pelo uso e aprimoramento de tecnologia e por rigorosa estrutura de governança e *compliance* ambiental.
2. Embora tenha iniciado sua atuação explorando, de forma familiar, aproximadamente 800 ha, houve, progressivamente, uma empresarialização e expansão na exploração da atividade rural. Atualmente, o Grupo QVM possui cerca de 2.500 ha de área produtiva, produzindo café de alto valor agregado e elevados níveis de qualidade e sofisticação (Anexo 03).
3. A Valbuena, por sua vez, é um grupo empresarial com atuação na comercialização internacional de cafés, em especial àquelas de alto valor agregado, que se apresentou como parceira estratégica, viabilizando, sobretudo, acesso a novos mercados (Anexo 04).
4. Do *Share Purchase Agreement* (“SPA”) — Em 18 de dezembro de 2023, as Partes celebraram SPA, e a Valbuena adquiriu 70% das ações da QVM (Anexo 01).

5. Além do preço fixo, a operação estabeleceu pagamento variável condicionado ao aumento do lucro líquido ou da receita operacional bruta.
6. Pós-*signing* — Ao longo do primeiro ano, a Requerida, por intermédio do seu segmento de comercialização de insumos, Agro Pintia Supply S.A. (**“Agro Pintia Supply”**), substituiu e alterou, sem a adequada análise prévia, o fornecimento e quantidade de alguns insumos, o que impactou a produtividade e qualidade de parcela da produção.
7. Diante das dificuldades operacionais, a QVM, em 26 de junho de 2024, comunicou formalmente à Valbuena acerca dos problemas enfrentados, propondo ajustes e solicitando a revisão de protocolos, o que, contudo, não foi atendido pela Requerida, agravando a situação.
8. Do *expert determination* — A perda de qualidade foi atestada por perito, em procedimento de “análise técnica e determinação por um perito”, regularmente instaurado em 07 de março de 2025, na própria CAMAGRO, que concluiu pelo nexo causal entre a substituição dos insumos anteriormente utilizados pela QVM e os efeitos adversos observados.
9. Da lista de áreas bloqueadas para comercialização — Para além disso, a Macan Agribusiness Company S.A., parceira comercial da Valbuena Holding S.A. (que detém participação acionária sobre ela) revisou seus critérios de ESG e incluiu, no dia 16 de março de 2024, a Fazenda Vega Sicília - com 485 hectares, adquirida pela QVM, quando da expansão dos negócios, em lista de áreas bloqueadas para comercialização, o que comprometeu parcialmente a comercialização dos grãos e gerou prejuízos econômicos à Requerente.

## II. AVALIAÇÃO LEGAL

10. O Tribunal Arbitral a ser constituído tem plena competência para julgar o presente litígio, conforme estabelecido na cláusula de resolução de conflito do contrato “SPA”, que dispõe de forma expressa a escolha das Partes pela Arbitragem (Cláusula Décima Terceira)
11. Assim, considerando os desrespeitos contratuais praticados pela Valbuena Holding S.A., como se verá adiante, a Requerente dá início ao presente procedimento.

## III. DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DA REQUERIDA

12. As condutas praticadas pela Compradora, sua subsidiária e por sua parceira comercial, frustraram a execução regular do contrato e prejudicaram sua performance, impedindo o atingimento dos indicadores de desempenho que condicionavam o pagamento do *Earn-Out*.

13. Conforme o SPA, a Valbuena Holding S.A. comprometeu-se a cooperar e, em conjunto, buscar o aperfeiçoamento operacional e técnico da exploração agrícola, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da capacidade produtiva da Requerente.
14. Todavia, a inadequada substituição, ainda que parcial, de insumos e alteração abrupta do protocolo de manuseio de solo e plantio, resultaram na queda da produção, conforme concluiu o *expert*, no procedimento de “análise técnica e determinação por um perito”, conduzido no âmbito da própria CAMAGRO (Anexo 06). Veja-se, este trecho, em especial:

“[...]Assim, conforme estudo técnico e laboratorial, conclui-se que o novo protocolo adotado não proporcionou o pH adequado ao solo (ligeiramente alcalino), o que prejudicou a quantidade de nutrientes disponíveis e ocasionou ligeira perda de produtividade.

15. Evidente, assim, que as práticas adotadas pela Requerida comprometeram a performance da QVM, gerando-lhe prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento da parcela variável da compra.

#### **IV. DA INDEVIDA INCLUSÃO EM LISTA DE ÁREAS BLOQUEADAS PARA COMERCIALIZAÇÃO**

16. Soma-se a esse quadro a indevida inclusão da Fazenda Vega Sicília em lista de áreas bloqueadas para comercialização, documento adotado por *pool de tradings* (Anexo 07), dentre elas, a Macán Agribusiness Company S.A., da qual a Requerida possui uma quantidade expressiva de ações (ainda que não de forma majoritária), medida esta que prejudicou a operação da QVM, sem que houvesse qualquer irregularidade ambiental associada à área explorada.
17. À época da aquisição da Fazenda Vega Sicília, seu antigo proprietário (Nicolau de Almeida) detinha outras três propriedades rurais, sendo uma delas em Matopiba e outras duas no Estado do Mato Grosso, essas últimas destinadas à produção de soja.
18. Embora exista discussão administrativa acerca de suposta supressão irregular de vegetação nas propriedades situadas no Mato Grosso, não há qualquer tipo de irregularidade na área explorada pela QVM no Matopiba, Fazenda Vega Sicília..
19. A Requerente, inclusive, em *due diligence*, formulou consulta formal à autoridade ambiental competente, que informou inexistir qualquer embargo ambiental ou restrição administrativa que

justificasse qualquer limitação à exploração da Fazenda Vega Sicília, encontrando-se em conformidade com os limites legais de reserva legal e uso do solo (Anexo - *omissis*).

20. Tal circunstância foi expressamente reconhecida em comunicações formais trocadas entre a QVM e a própria Macan Agribusiness S.A. (Anexo 05), nas quais se admite a inexistência de irregularidade na Fazenda Vega Sicília.
21. Apesar disso, o *pool* de *tradings*, do qual participa a Macan Agribusiness Company S.A., optou por incluir indistintamente em lista restritiva todas as fazendas que, em algum momento, pertenceram ao antigo proprietário, condicionando eventual liberação a uma futura “reanálise”.
22. Essa restrição abusiva gerou grandes prejuízos à QVM: (i) impossibilitou a performance em relação aos indicadores de desempenho, previamente estipulados, e, ainda, (ii) ocasionou perda relevante do valor comercial/mercado, já devidamente atestada por empresa de consultoria especializada (Anexo - *omissis*).
23. Nesse sentido, além de devidos os valores da parcela variável, tendo em vista que a performance da QVM foi comprometida por conduta unilateral da Valbuena Holding S.A., deve a Requerida responder pelos danos causados à reputação da Requerente.

## **V. DA EXTENSÃO SUBJETIVA DA CLÁUSULA ARBITRAL À MACAN AGRIBUSINESS COMPANY S.A.**

24. Conforme demonstrado, a Macan Agribusiness Company S.A. foi a responsável direta pela inclusão da Fazenda Vega Sicília em lista de áreas bloqueadas para comercialização, medida que ocasionou a queda da comercialização dos grãos produzidos pela QVM e comprometeu a performance contratual, com impactos relevantes sobre KPIs - *Earn-Out*.
25. Embora a Macan Agribusiness não figure formalmente como signatária do SPA, sua atuação funcionalmente integrada à execução do contrato atrai a incidência da Cláusula 13.2, que abrange controvérsias decorrentes da execução do negócio jurídico.
26. Além disso, a Macan Agribusiness possui relação societária com a Valbuena e, como se não bastasse, tem atuado de forma coordenada na definição e implementação de políticas comerciais e restrições ESG.
27. Diante disso, requer-se que o Tribunal Arbitral reconheça a extensão subjetiva da cláusula compromissória à Macan Agribusiness Company S.A., determinando seu chamamento ao procedimento, a fim de assegurar a adequada responsabilização dos envolvidos.

**VI. PEDIDOS**

28. Pelos fundamentos apresentados acima, a Requerente respeitosamente solicita que o Tribunal Arbitral:

**A.** Declare que a Valbuena Holding S.A. incorreu em inadimplemento, em razão da violação dos deveres contratuais;

**B.** Declare que os atos e decisões atribuíveis à Valbuena S.A. e às sociedades integrantes de seu grupo econômico foram os responsáveis pelo comprometimento da performance da QVM;

**C.** Reconheça a extensão subjetiva da cláusula compromissória à Macan Agribusiness Company S.A., determinando seu chamamento a este procedimento arbitral;

**D.** Imponha à Valbuena Holding S.A. o pagamento integral das parcelas indevidamente inadimplidas, bem como a indenização integral dos danos suportados pela Requerida, incluindo os prejuízos reputacionais;

**E.** Aloque todos os custos do procedimento para serem adimplidos pela Requerida;

14 de julho de 2025, São Paulo/SP

**Letícia Parker**

**OAB - 22112018**

(assinado eletronicamente)

## CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

### *Share Purchase agreement*

Pelo presente instrumento particular de contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado:

**VALBUENA HOLDING S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº (*omissis*), neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Compradora**” ou “**Valbuena**”);

E, de outro lado,

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Matopiba, estado do Pantanal, inscrita no CNPJ/ME sob o nº (*omissis*), neste ato representada por seu sócio administrador (“**Vendedora**” ou “**QVM**”);

1. Considerando que a **QVM** é uma empresa familiar dedicada à produção e comercialização de café de alta qualidade, cuja operação vem se profissionalizando e expandindo para novas áreas produtivas, com foco em práticas sustentáveis e certificações ambientais.
2. Considerando que a **Valbuena** é uma *holding* com atuação integrada nos setores de exportação de cafés especiais, comercialização de insumos e logística de grãos, interessada em consolidar operações verticais no segmento.
3. Considerando que **Valbuena** possui interesse em adquirir **participação societária majoritária** na **QVM**, a fim de ampliar a produção, aprimorar a qualidade do produto e posicionar a marca no mercado internacional, especialmente sob padrões ESG.
4. Considerando que as Partes reconhecem a **rentabilidade futura** da operação em curto e médio prazo.

Resolvem as partes celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. A Vendedora, neste ato, **vende, cede e transfere** à Compradora, que **adquire**, a **participação societária correspondente a 70% (setenta por cento)** do capital social da QVM (“Participações Societárias”), livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames, penhoras ou restrições de qualquer natureza.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

2.1. O preço total ajustado para a aquisição é composto por:

(i) um Preço Fixo Inicial (“*Upfront Payment*”) de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e;

(ii) um Preço Variável (*Earn-Out*), condicionado à performance da QVM nos três exercícios agrícolas subsequentes ao *signing*, observado o disposto na Cláusula Terceira.

2.2. O pagamento do Preço Fixo será realizado da seguinte forma:

a) Primeira parcela no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com o *signing*;

b) Segunda parcela no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em 30 de dezembro de 2024, atualizados monetariamente;

c) Terceira parcela no valor R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em 30 de dezembro de 2025, atualizados monetariamente; e

d) Quarta parcela no valor R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em 30 de dezembro de 2026, atualizados monetariamente.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – EARN-OUT**

3.1. **Estrutura.** O *Earn-Out* será calculado anualmente, com base no desempenho econômico, produtivo e comercial da QVM nos 3 (três) exercícios agrícolas subsequentes ao *signing*, observado o cumprimento



cumulativo dos seguintes Indicadores de Desempenho ('KPIs'), os quais as Partes reconhecem possuir natureza distinta, conforme abaixo:

a) **Métrica Financeira Objetiva (Hard KPI):** Aumento do lucro líquido ou da receita operacional bruta da QVM em, no mínimo, 10% (dez por cento) ao ano, apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas da sociedade.

b) **Métricas Técnicas e Qualitativas (Soft KPIs),** sujeitas a avaliação técnica especializada:

b.1) **Quantidade:** aumento da produtividade agrícola, medida em sacas por hectare, em pelo menos 10% (dez por cento) ao ano;

b.2) **Qualidade:** manutenção de pontuação mínima de 85 (oitenta e cinco) pontos na escala da *Specialty Coffee Association* (SCA), aferida por entidade ou laboratório reconhecido;

b.3) **Valor Agregado Internacional:** incremento médio do preço de exportação do café da QVM, em percentual não inferior a 5% (cinco por cento) em relação ao preço base do primeiro exercício, considerando critérios de aceitação comercial, posicionamento de mercado e condições internacionais de negociação.

3.2. **Valor Máximo.** O *Earn-Out* máximo total será de até **R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**, distribuído proporcionalmente entre os três exercícios de aferição.

3.3. **Procedimento de Aferição.** A aferição dos indicadores será conduzida com base em relatórios financeiros, contábeis e agrônômicos (se for o caso) elaborados por auditoria independente designada de comum acordo entre as Partes, e, na ausência de consenso, mediante **procedimento de expert determination**.

3.4. **Suspensão por Não Performance.** Caso a QVM não atinja os indicadores em dois exercícios consecutivos, a Compradora poderá suspender o pagamento remanescente do *Earn-Out*, sem que isso implique inadimplemento contratual.

3.5. **Período de Aferição:** As aferições terão por objeto o desempenho apurado entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de cada exercício social, iniciando-se no primeiro dia útil de fevereiro e devendo ser concluída até o primeiro dia útil de março de cada ano-calendário.

3.6. **Forma e Prazo de Pagamento.** O *Earn-Out* será pago anualmente, até o dia 10 de março do ano-calendário auditado, mediante depósito em conta bancária indicada pela Vendedora.

## **CLÁUSULA QUARTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA VENDEDORA**

4.1. A Vendedora declara e garante à Compradora que:

- a) a QVM encontra-se regularmente constituída, em pleno funcionamento, com registros fiscais e ambientais atualizados;
- b) o capital social está integralmente subscrito e realizado;
- c) não há litígios, autuações, passivos fiscais, trabalhistas, ambientais ou fundiários ocultos;
- d) todas as licenças ambientais e autorizações de uso de solo estão válidas;
- e) a QVM não possui áreas embargadas ou desmatadas irregularmente;
- f) os produtos agrícolas são rastreáveis e certificados conforme padrões de sustentabilidade vigentes;
- g) as demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial da empresa;
- h) não existem contratos ou obrigações não divulgados que possam afetar adversamente a operação.

4.2. A falsidade ou omissão de qualquer declaração ou garantia ensejará o dever da Vendedora de **indenizar integralmente** as perdas e danos, independentemente de culpa, conforme art. 113 do Código Civil

4.3. A responsabilidade da Vendedora pelas Declarações e Garantias subsistirá pelo prazo de **5 (cinco) anos** a contar do *signing*.

## **CLÁUSULA QUINTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA COMPRADORA**

5.1. A Compradora declara possuir capacidade financeira e regularidade societária para realizar a aquisição, comprometendo-se a conduzir a QVM de forma diligente e compatível com sua função social.

## CLÁUSULA SEXTA – CLÁUSULA ESG

6.1. **Conformidade ESG.** A Vendedora compromete-se a manter a QVM em conformidade com as normas ambientais, trabalhistas e sociais aplicáveis, observando integralmente os padrões ESG (*Environmental, Social and Governance*) reconhecidos nacional e internacionalmente, as políticas de não desmatamento e aos protocolos de rastreabilidade socioambiental exigidos pelas principais *trading companies* e certificadoras.

6.2. **Relevância Material.** A Vendedora reconhece que a observância das normas ESG constitui **condição essencial à manutenção deste Contrato**, representando elemento determinante da decisão de investimento da Compradora, cujo modelo de negócios está orientado por políticas de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

6.3. **Hipóteses de Violação.** Constituirá violação grave e ensejará rescisão contratual automática (condição resolutive expressa), independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, a constatação de:

- a) desmatamento irregular em qualquer das propriedades da QVM;
- b) falsidade em relatórios de conformidade ambiental ou de origem do produto; ou
- c) qualquer ato ou omissão que implique dano ambiental relevante ou perda de certificação ESG.

6.4. **Consequências da Violação.** Na hipótese prevista no item anterior, a Compradora poderá, a seu exclusivo critério:

- i. declarar rescindido o presente Contrato com efeito imediato;
- ii. reter ou reverter o pagamento de quaisquer parcelas variáveis ainda pendentes; e
- iii. exigir indenização integral pelos danos diretos, lucros cessantes e prejuízos reputacionais decorrentes da violação, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil e administrativa da Vendedora.

6.5. **Auditoria e Aferição Técnica.** O cumprimento das obrigações ESG será objeto de auditoria anual independente, cujos relatórios deverão ser apresentados pela QVM até o dia 31 de dezembro de cada exercício.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES PRECEDENTES E OBRIGAÇÕES PÓS-SIGNING**

7.1. **Condições Precedentes.** A eficácia deste Contrato e a consumação do *closing* ficam condicionadas ao cumprimento das seguintes Condições Precedentes:

- a) obtenção e manutenção de todas as licenças ambientais, autorizações de operação e registros fiscais da QVM, válidos e eficazes;
- b) inexistência de litígios relevantes, embargos ou autos de infração ambiental em curso;
- c) apresentação de relatório de *due diligence* satisfatório à Compradora; e
- d) aprovação formal, pelos sócios da QVM, das alterações contratuais e societárias necessárias à implementação da presente operação.

7.2. **Integração Pós-Signing.** Após o *signing*, as Partes comprometem-se a cooperar na integração operacional e societária da QVM, observando as melhores práticas de governança corporativa, *corporate compliance*, sustentabilidade e rastreabilidade do produto, de modo a assegurar a continuidade e o aprimoramento das atividades empresariais.

7.2.1. **Exclusividade de Comercialização.** As Partes ajustam que, pelo prazo de 3 (três) anos contados da data do *signing*, a comercialização da produção da QVM no mercado nacional e internacional será realizada de forma exclusiva por intermédio da parceira comercial da Compradora, a Macan Agribusiness Company S.A., ou outra sociedade por ela indicada, em condições comerciais compatíveis com as práticas de mercado, assegurada a observância dos padrões de qualidade, rastreabilidade e conformidade exigidos pela Compradora.

7.3. **Suporte Técnico.** A Vendedora obriga-se, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses contados do *signing*, a prestar suporte técnico e operacional à Compradora na gestão agrícola, inclusive mediante

transferência de *know-how*, contatos comerciais e manutenção da equipe técnica essencial, sem que isso configure vínculo empregatício.

**7.4. Transição no Fornecimento de Insumos.** As Partes ajustam que, pelo prazo de 3 (três) anos contados do *signing*, o fornecimento de insumos agrícolas à QVM será objeto de processo de transição gradual, durante o qual:

- a) as equipes técnicas da QVM e das empresas do grupo da Compradora atuarão de forma conjunta na definição, avaliação e eventual adequação de protocolos técnicos, insumos, tecnologias e práticas agronômicas;
- b) serão discutidos e implementados novos padrões técnicos e operacionais, visando ganhos de produtividade, qualidade e sustentabilidade; e
- c) a QVM se compromete a cooperar com a implementação progressiva dos protocolos definidos pela Compradora, desde que compatíveis com a legislação aplicável e as características agronômicas das áreas produtivas.

## **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO**

[...]

## **CLÁUSULA NONA – RESCISÃO E ENCERRAMENTO ANTECIPADO**

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) por mútuo acordo entre as Partes, mediante instrumento escrito;
- b) por exercício da condição resolutiva prevista na Cláusula Sexta (violação ESG);
- c) por inadimplemento essencial de qualquer obrigação contratual, após notificação e decurso de prazo de 30 (trinta) dias para saneamento;
- d) em caso de ocorrência de evento de força maior que torne inviável a continuidade da operação; ou
- e) pela aferição de *Material Adverse Change* nos termos da Cláusula Décima.

9.2. A rescisão não prejudicará o direito de qualquer Parte à indenização por perdas e danos nem implicará renúncia a direitos adquiridos até a data da extinção.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – MATERIAL ADVERSE CHANGE (MAC)**

10.1. **Conceito Geral.** Para fins deste Contrato, considera-se *Material Adverse Change* qualquer evento, fato, ato, omissão ou circunstância que:

- a) altere substancialmente a capacidade produtiva, financeira ou operacional da QVM;
- b) redução superior a 30% (trinta por cento) do volume de exportações, do valor médio de venda internacional ou da capacidade de acesso aos mercados relevantes;
- c) implique perda, suspensão ou restrição de certificações, licenças, autorizações ambientais ou contratos considerados essenciais ao objeto social da QVM;
- d) constatação de transgressão à legislação ambiental, incluindo, mas não se limitando, à prática de supressão vegetal não autorizada, descumprimento de condicionantes ambientais ou prestação de informações ambientais falsas ou incompletas;
- e) ocorrência de qualquer evento ambiental que, ainda que não enseje automaticamente a rescisão contratual nos termos da Cláusula Sexta, seja apto a afetar de forma relevante a reputação, a rastreabilidade, a aceitação comercial ou o valor agregado internacional dos produtos da QVM; ou
- f) implique na inclusão da QVM, de suas áreas produtivas, imóveis rurais ou cadeias de fornecimento em listas, cadastros, bases de dados ou sistemas de restrição ou bloqueio para fins de comercialização, financiamento ou contratação, quando tal inclusão seja apta a limitar o acesso da QVM aos mercados relevantes ou a comprometer a viabilidade econômica da operação.

10.2. **Interpretação Sistemática.** As Partes reconhecem que os eventos relacionados à conformidade ambiental e ESG possuem relevância material para a presente operação, razão pela qual a caracterização de MAC nos termos desta cláusula deverá ser interpretada de forma sistemática e complementar à Cláusula Sexta - Cláusula ESG.

10.3. **Consequências.** A caracterização de *Material Adverse Change* conferirá à Compradora, a seu exclusivo critério e sem prejuízo de outros direitos previstos neste Contrato, o direito de:

- a) suspender obrigações pendentes, inclusive pagamentos variáveis;
- b) reavaliar, ajustar ou revisar os critérios e valores do *Earn-Out*; ou
- c) declarar a resolução do presente Contrato, observado o disposto nas cláusulas de rescisão, responsabilidade e arbitragem.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MULTA CONTRATUAL (*Penalty Clause*)**

11.1. **Multa compensatória.** Sem prejuízo da rescisão automática prevista na Cláusula Sexta e das demais sanções contratuais cabíveis, ocorrida alguma das hipóteses previstas na Cláusula 11.2., a Parte que der causa ao descumprimento ficará sujeita ao pagamento de **multa compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da transação**, acrescida de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do inadimplemento até o efetivo pagamento.

11.2. **Hipóteses de Incidência.** São hipóteses de incidência da multa compensatória, incluindo, mas não se limitando, às obrigações de:

- a) observância das normas ESG;
- b) veracidade das Declarações e Garantias;
- c) confidencialidade e cooperação pós-*signing*; ou
- d) cumprimento das Condições Precedentes,

[...]

11.3. **Indenização Suplementar.** A multa estabelecida nesta cláusula não afasta o direito à indenização suplementar caso os prejuízos efetivamente verificados superem o montante da penalidade, nos termos do art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

11.4. **Majoração por Dolo.** Em caso de violação dolosa ou fraude comprovada, a multa será majorada para 20% (vinte por cento) do valor total da operação, sem prejuízo das demais medidas cabíveis na esfera arbitral.

11.5. **Cumulação de Sanções.** A aplicação da multa poderá ser cumulada com a resolução contratual, retenção de valores de *Earn-Out*, ou compensação, dentre outras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – NÃO CONCORRÊNCIA E NÃO DESVIO**

[...]

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ARBITRAGEM**

13.1. **Expert Determination.** Todas as questões oriundas ou relacionadas ao presente instrumento contratual deverão ser previamente submetidas a procedimento de *expert determination*, a ser administrado pela Câmara de Arbitragem e Mediação do Agronegócio – CAMAGRO, nos termos de seu Regulamento e da legislação aplicável.

13.1.1. **Sede e Idioma.** As Partes definem como sede do procedimento de *expert determination*, prioritariamente, o município de Matopiba, estado do Pantanal, sendo o procedimento conduzido em idioma português, por *expert* a ser indicado de comum acordo entre as Partes ou, na ausência de consenso, nomeado pela CAMAGRO, nos termos de seu Regulamento.

13.1.2. **Do Expert.** As Partes registram que eventual procedimento de *expert determination* será conduzido por Renato Valle Azevedo (currículo anexo - *omissis*)

13.2. **Arbitragem.** Caso a controvérsia não seja resolvida de forma definitiva no âmbito do procedimento de *expert determination*, ou caso envolva matérias de natureza jurídica, contratual ou econômica, todas e quaisquer disputas oriundas ou relacionadas a este Contrato, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, interpretação, execução, inadimplemento, rescisão ou consequências patrimoniais, envolvendo quaisquer das Partes, seus sucessores ou cessionários autorizados, serão definitivamente resolvidas por arbitragem, administrada pela CAMAGRO, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem e da Lei nº 9.307/1996.

13.2.1. **Composição do Tribunal Arbitral.** O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, dos quais 1 (um) será nomeado pela(s) Parte(s) Requerente(s) e 1 (um) pela(s)



Parte(s) Requerida(s). O presidente do Tribunal Arbitral será escolhido de comum acordo pelos dois co-árbitros, no prazo previsto no Regulamento da CAMAGRO. Caso qualquer das Partes deixe de nomear seu árbitro, ou caso os co-árbitros não indiquem o presidente no prazo aplicável, a nomeação será realizada pela CAMAGRO, na forma de seu Regulamento.

**13.2.2. Sede e Idioma da Arbitragem.** A sede da arbitragem será o município de Matopiba, estado do Pantanal, Brasil, e o idioma da arbitragem será o português, sendo facultada a produção de provas técnicas, documentos e pareceres em língua inglesa, sem necessidade de tradução, a critério do Tribunal Arbitral.

**13.2.3. Leis Aplicáveis.** A arbitragem será de direito, aplicando-se, em todos os seus aspectos, as leis da República Federativa do Brasil, inclusive para reger todas as questões relacionadas à presente cláusula compromissória, tais como sua existência, validade, eficácia, interpretação e cumprimento, ficando expressamente vedado o julgamento por equidade.

**13.2.4. Medidas Cautelares ou de Urgência.** Antes da instituição da arbitragem, as Partes poderão requerer medidas cautelares ou de urgência ao Poder Judiciário competente. Após a instituição da arbitragem, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser requeridas diretamente ao Tribunal Arbitral, a quem caberá manter, modificar ou revogar quaisquer medidas eventualmente concedidas pelo Poder Judiciário.

**13.2.5. Confidencialidade.** As Partes concordam que o procedimento arbitral será confidencial, abrangendo, sem limitação, sua existência, as disputas submetidas, alegações e manifestações das Partes, provas e documentos apresentados, bem como todas as decisões e a sentença arbitral, podendo tais informações ser reveladas exclusivamente ao Tribunal Arbitral, às Partes, a seus advogados e às pessoas estritamente necessárias à adequada condução do procedimento.

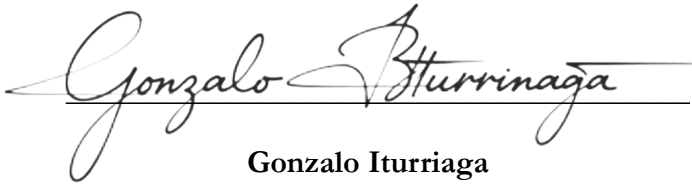
**13.2.6. Despesas e Honorários.** As despesas do procedimento arbitral, incluindo, mas não se limitando, às custas administrativas da CAMAGRO, honorários dos árbitros, *experts* e peritos, quando aplicáveis, serão inicialmente adiantadas pelas Partes na forma do Regulamento da CAMAGRO. Na sentença arbitral, o Tribunal Arbitral determinará o reembolso à Parte vencedora das despesas do procedimento arbitral, incluindo custas administrativas, honorários dos árbitros, peritos, assistentes técnicos, pareceristas e

honorários advocatícios contratuais razoáveis, ficando expressamente vedada a condenação em honorários de sucumbência.

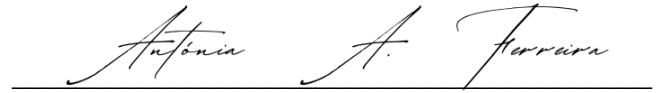
## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DISPOSIÇÕES FINAIS**

[...]

Matopiba - PN, 18 de dezembro de 2023



**Gonzalo Iturriaga**  
CEO da Valbuena Holding



**Antónia Adelaide Ferreira**  
CEO da Quinta do Vale Meão S.A

## ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

### QUINTA DO VALE MEÃO S.A.<sup>1</sup>

#### CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO E OBJETO SOCIAL

**Artigo 1º** – Sob a denominação de **QUINTA DO VALE MEÃO S.A.** (“Companhia”) opera a sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976** (“Lei de Sociedades por Ações”).

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na cidade de **Matopiba**, estado do **Pantanal**, Brasil, podendo, por deliberação do Conselho Executivo, abrir, transferir e/ou encerrar filiais no Brasil ou exterior, observadas as exigências legais aplicáveis.

**Artigo 3º** – A Companhia tem prazo de duração **indeterminado**.

**Artigo 4º** – A Companhia tem por objeto: **(i)** a produção, cultivo, manejo, beneficiamento, armazenagem, torrefação, industrialização e **comercialização de café** e derivados, inclusive cafés especiais; **(ii)** a exportação e importação de produtos agroindustriais relacionados ao seu objeto; e, **(iii)** a exploração de atividades rurais correlatas, incluindo, mas não se limitando, viveiros, secagem, classificação, rebenefício, rastreabilidade e certificações de grãos.

**Parágrafo Primeiro** – A Companhia buscará adotar, em qualquer de suas atividades, boas práticas de sustentabilidade e governança (ESG), incluindo, sempre que aplicável, medidas de conservação do solo e recursos hídricos, rastreabilidade socioambiental, manejo responsável de insumos e melhoria contínua de processos produtivos.

[...]

#### CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 5º.** O capital social é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, conferindo a seus titulares os direitos previstos em lei e neste Estatuto.

[...]

---

<sup>1</sup> 18 de dezembro de 2023, data da última atualização na Junta Comercial.

Parágrafo Quarto – O presente Estatuto já reflete a aquisição de 70% das ações pela Valbuena Holding S.A. e, com isso, as alterações societárias, de gestão e governança da Companhia.

[...]

### **CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 9º** – A Assembleia Geral reunir-se-á: **(i)** ordinariamente, nos 3 (três) primeiros meses seguintes ao término do exercício social; e **(ii)** extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

[...]

**Artigo 13** – A convocação da Assembleia Geral observará os prazos e formalidades legais, podendo ser dispensada na hipótese de comparecimento de todos os acionistas, nos termos da Lei de Sociedades por Ações.

[...]

**Parágrafo Terceiro** - [...]

(c) O Administrador e Presidente do Conselho de Administração ou o próprio Conselho de Administração, por maioria de votos, poderão convocar Assembleia Geral de forma extraordinária.

[...]

### **CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL**

**Artigo 16** – O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente, podendo ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, a pedido de acionistas ou nos casos previstos em lei.

**Artigo 17** – Compete ao Conselho Fiscal.

[...]

**Parágrafo Segundo** - [...]

(c) Colaborar com empresa de auditoria para que seja efetivada a aferição das métricas e resultados para pagamento dos valores previsto no contrato “SPA” [...], em especial, as disposições da cláusula terceira daquele documento.

[...]

## **CAPÍTULO VII – ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 19** – A Companhia será administrada por: **(i)** um **Administrador**, e **(ii)** um **Conselho de Administração**, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto.

**Artigo 20** – O Administrador será o Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 24.

**Artigo 21** – Compete ao Administrador a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, respeitar as normas de ESG, cumprindo-lhe, especialmente:

**(a)** Aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento destes;

**(b)** Convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente; [...]

[...]

**Artigo 24** – O Conselho de Administração será composto por 7 conselheiros, dos quais 5 devem ser eleitos pela Valbuena Holding S.A., e 2 devem ser eleitos pelos antigos controladores da QVM.

**Parágrafo Primeiro** - Um dos dois representantes eleitos pelos antigos controladores da QVM ocupará a Presidência do Conselho de Administração pelo período de 3 (três) anos. Após esse período, a chefia do órgão será ocupada por votação interna, por maioria dos votos.

**Parágrafo Segundo** - As deliberações do Conselho Executivo serão tomadas por maioria de votos.

**Parágrafo Terceiro** - Em caso de conflito entre Administrador e Conselho de Administração quanto à estratégia de gestão a ser adotada, prevalece a deliberação do Conselho de Administração.

[...]

**Artigo 25** – Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre matérias estratégicas e de supervisão, incluindo:

- (a) aprovar o orçamento anual e eventuais revisões relevantes;
- (b) deliberar sobre operações financeiras e contratações relevantes, conforme alçadas internas; e
- (c) dirimir, no âmbito da administração, questões de estratégia e diretrizes corporativas.

[...]

- (f) deliberar sobre as melhoras práticas e respeito às normas ESG;

[...]

[...]

## **CAPÍTULO IX – RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**Artigo 34** – A Companhia, seus acionistas, administrador, membros do conselho executivo, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver qualquer controvérsia oriunda do presente Estatuto Social, definitivamente, por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara de Arbitragem e Mediação do Agronegócio (“CAMAGRO”), na forma de seu Regulamento de Arbitragem.

[...]

[...]

[...]

# Agro News

EDIÇÃO nº VIII

MATOPIBA, 27 de junho de 2023

Atualizado há uma hora



Expansão da área produtiva acompanhou investimentos em tecnologia e manejo de qualidade.

A trajetória da Quinta do Vale Meão S.A. (QVM) reflete a evolução de um grupo familiar que soube se adaptar às novas dinâmicas do agronegócio.

Iniciada em base tradicional e familiar, com cerca de 800 hectares explorados, a empresa passou por um processo gradual de empresarialização, marcado por investimentos contínuos em tecnologia, governança e sustentabilidade (inclusive recebendo certificações internacionais), o que permitiu a expansão estruturada da operação e a consolidação da QVM como referência no setor cafeeiro.



## DA PRODUÇÃO FAMILIAR À REFERÊNCIA REGIONAL: QVM CONSOLIDA PROCESSO DE EMPRESARIALIZAÇÃO E EXPANSÃO NO SETOR CAFEIEIRO

Empresa do Matopiba evoluiu de uma estrutura familiar para um modelo empresarial profissionalizado, ampliando área produtiva, sofisticando a produção e elevando padrões de qualidade e governança.

Por Paulo Sampaio  
27/06/2023 09h52

Ao longo desse processo, a QVM não apenas ampliou sua área produtiva — hoje próxima de 2.500 hectares — como também elevou o padrão de sua atividade, reposicionando-se entre 2022 e 2023 para a produção de cafés "premium", com alto valor agregado.

O foco em qualidade, rastreabilidade e conformidade ambiental, aliado ao fortalecimento de práticas de governança e *compliance*, resultou em ganhos consistentes de eficiência e reputação, alinhando a empresa às exigências dos mercados mais sofisticados e consolidando sua imagem como operação sólida, moderna e





# Agro News

EDIÇÃO nº VIII

MATOPIBA, 08 de outubro de 2023

Atualizado há uma hora



A atratividade do Matopiba decorre não apenas da expansão da fronteira agrícola, mas também da evolução técnica dos produtores locais, que, dentre outros fatores, passaram a investir cada vez mais em cuidados com solo, tecnologia, tecnologia e sustentabilidade.

Nesse contexto, o Grupo Valbuena tem direcionado sua atenção a empresas que já apresentam estrutura produtiva consolidada e capacidade de atender mercados mais sofisticados, identificando na região oportunidades alinhadas à sua estratégia de crescimento e diversificação de portfólio.



## GRUPO VALBUENA MIRA EXPANSÃO NO MATOPIBA E VÊ NA QVM UM ATIVO ESTRATÉGICO PARA CRESCIMENTO NO SETOR CAFEIEIRO

O Grupo Valbuena vem intensificando sua estratégia de expansão no mercado do Matopiba, região que tem se consolidado como um dos principais polos de produção de café do Brasil, com grãos de alta qualidade. Com atuação integrada ao longo de toda a cadeia produtiva do café — que envolve tecnologia agrícola, fornecimento de insumos, logística e comercialização nacional e internacional — o grupo busca ampliar sua presença em regiões com elevado potencial produtivo e aderência a padrões contemporâneos de qualidade e sustentabilidade, cada vez mais exigidos pelos mercados consumidores. O CEO da Valbuena chama essa expansão de "Projeto Único".

Por Gabriel Machado  
08/10/2023 09h30



Entre os "alvos" observados pelo grupo está a Quinta do Vale Meão S.A. (QVM), empresa que se destacou pela qualidade dos grãos produzidos, pela expansão estruturada de sua produção e pelo processo de profissionalização de sua gestão.

A aproximação reflete o interesse da Valbuena em operações que combinem escala, eficiência e governança, reforçando a percepção de que o Matopiba tende a ocupar papel cada vez mais relevante na estratégia de grandes grupos do agronegócio voltados ao mercado *premium*.



*A qualidade dos grãos produzidos no Matopiba é um dos fatores que têm reposicionado a região no mercado cafeeiro.*

*- Gonzalo Iturriaga, CEO da Valbuena*



**Assunto:** NOTIFICAÇÃO DE RESTRIÇÃO AMBIENTAL - FAZENDA VEGA SICÍLIA

**De:** Mariana Vogel <mariana.vogel@macanagribusiness.com>

**Enviado em:** 16 de março de 2024, 08:14

**Para:** Francisco Olazabal <francisco.olazabal@qvm.com.br>

**Cc:** Macan Agribusiness <legal.corporate@macanagribusiness.com>

Prezados,

Após deliberação, tanto de entidades civis quanto de algumas tradings, dentre elas a Macan Agribusiness S.A., comunicamos a inclusão provisória da Fazenda Vega Sicília na lista de áreas bloqueadas para comercialização, até posterior reanálise.

Trata-se de restrição adotada em caráter preventivo, em razão da existência de processo administrativo em trâmite no estado do Mato Grosso, destinado a averiguar a supressão irregular de vegetação em imóveis rurais pertencentes ao antigo proprietário da Fazenda Vega Sicília, Sr. Nicolau de Almeida.

Durante a apuração, fica suspensa a comercialização de grãos e derivados oriundos das áreas com restrição, especialmente os projetos de cafés *premium*, cujo mercado exige controle de origem e certificações ambientais ainda mais rigorosas.

Estamos cientes de que o processo administrativo instaurado não se destina a averiguar irregularidade envolvendo a Fazenda Vega Sicília, no entanto, considerando que foram levantadas suspeitas quanto ao antigo proprietário da área, optou-se por ampliar a restrição a todas os imóveis rurais que pertencem ou já pertenceram ao Sr. Nicolau de Almeida, como medida cautelar de gestão de risco, conforme práticas usuais do mercado internacional.

Atenciosamente,



**MARIANA VOGEL**

Head Global de ESG & Compliance

✉ mariana.vogel@macanagribusiness.com

🌐 www.macanagribusiness.com.br

📍 Av. das Nações Unidas, 14.401 - 22º andar

📞 +55 (11) 0000-4000

Esta mensagem e seus anexos são confidenciais e destinados exclusivamente aos destinatários(as). Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor comunicar o remetente e apagar a mensagem imediatamente.

**Assunto:** RE: NOTIFICAÇÃO DE RESTRIÇÃO AMBIENTAL - FAZENDA VEGA SICÍLIA  
**De:** Francisco Olazabal <francisco.olazabal@qvm.com.br>  
**Enviado em:** 16 de março de 2024, 12:01  
**Para:** Mariana Vogel <mariana.vogel@macanagribusiness.com>  
**Cc:** legal.external@qvm.com.br; legal.corporate@macanagribusiness.com;  
gonzalo.iturriaga@valbuena.com

Prezados, boa tarde. Tudo bem?

Recebemos a notificação com surpresa.

Conforme já reconhecido por V. S.as, e após consulta pública, verificamos que a discussão administrativa mencionada não se refere à Fazenda Vega Sicília, à sua proprietária (QVM) ou à eventual possuidora, mas a imóvel situado no estado do Mato Grosso, pertencente a um antigo proprietário, sem qualquer relação atual com a área rural ou com o quadro societário da QVM, de modo que não existe razão para que esta Companhia suporte o embargo comercial unilateralmente imposto, em âmbito privado, e sobre tema que lhe é estranho.

Diante disso, solicitamos a reconsideração da inclusão da Fazenda Vega Sicília na referida lista, especialmente considerando os indicadores de desempenho estipulados pela Valbuena Holding S.A. — detentora de participação societária junto à Macan Agribusiness S.A. — que nos lê em cópia, quando da aquisição das ações desta Companhia, e os impactos comerciais imediatos já verificados junto ao mercado europeu.

Como forma de subsidiar nosso pleito de reavaliação, comunicamos que já foi realizado requerimento junto à Autoridade Ambiental Competente (à época da aquisição da propriedade pelo Grupo QVM), documento anexo (*omissis*), tendo por objeto a emissão de Certificado de Regularidade Ambiental da área compreendida pela Fazenda Vega Sicília. Assim que obtivermos retorno, atualizaremos este fluxo.

Atenciosamente,

Francisco Olazabal

**Presidente do Conselho de Administração (Chairman)**

**FRANCISCO OLAZABAL**



+55 (00) 3000-0000



francisco.olazabal@qvm.com.br



Rua dos Encantos, n/n | Matopiba - PN -  
Brasil



www.qvm.com.br



Esta mensagem e seus anexos são confidenciais e destinados exclusivamente aos destinatários(as).

Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor comunicar o remetente e apagar a mensagem imediatamente.

**Assunto:** COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE AMBIENTAL - FAZENDA VEGA SICÍLIA

**De:** Lucas Reinhardt <lucas.reinhardt@qvm.com.br>

**Enviado em:** 7 de maio de 2024, 17:01

**Para:** Macan Agribusiness <legal.corporate@macanagribusiness.com>

**Cc:** francisco.olazabal@qvm.com.br; esg.compliance@macanagribusiness.com; trading.eu@macanagribusiness.com; gonzalo.iturriaga@valbuena.com

*(assunto alterado)*

Prezados, boa tarde. Tudo bem?

Conforme alinhado anteriormente, por telefone, informamos que, após requerimento, obtivemos o novo Certificado de Regularidade Ambiental, documento anexo (*omissis*), que comprova a inexistência de desmatamento irregular ou qualquer ilícito ambiental envolvendo a Fazenda Vega Sicília.

Em tempo, destacamos que, desde a inclusão do imóvel rural na lista de áreas bloqueadas para comercialização, a QVM vem sofrendo severos prejuízos.

Diante disso, sobretudo do histórico ambiental incólume, já atestado em certidão expedida pela Autoridade Ambiental, confiamos que esta “restrição” será revertida. Por isso, contamos com vosso apoio, de modo a incentivar a revisão célere da medida, com análise individualizada da Fazenda Vega Sicília.

Favor acusar recebimento.

Cordialmente,

**LUCAS SABINO**

*Diretor Financeiro (CFO)*



+55 (00) 3000-0000



lucas.reinhardt@qvm.com.br



Rua dos Encantos, n/n | Matopiba - PN -  
Brasil



www.qvm.com.br



Esta mensagem e seus anexos são confidenciais e destinados exclusivamente aos destinatários(as).  
Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor comunicar o remetente e apagar a mensagem imediatamente.

**Assunto:** URGENTE! NECESSÁRIA RETIRADA DA LISTA RESTRITIVA - PREJUÍZO IMINENTE.

**De:** Francisco Olazabal <francisco.olazabal@qvm.com.br>

**Enviado em:** 3 de junho de 2024, 09:30

**Para:** Macan Agribusiness <legal.corporate@macanagribusiness.com>

**Cc:** legal.corporate@macanagribusiness.com;  
[legal.external@qvm.com.br](mailto:legal.external@qvm.com.br);gonzalo.iturriaga@valbuena.com

*(assunto alterado)*

Prezados,

Com pesar enviamos esta comunicação, tendo em vista a ausência de resposta desde o último e-mail, o insucesso nas tentativas de contato telefônico e a manutenção da restrição indevidamente aplicada à Fazenda Vega Sicília, mesmo diante da comprovada ausência de irregularidade ambiental da área, que já havia sido reconhecida por V. S.as quando da comunicação formal da inclusão na lista restritiva.

Informamos que a performance da QVM tem sido severamente comprometida pela restrição imposta tem gerado não só prejuízos financeiros e comerciais, mas, também, a imagem e reputação da QVM.

Considerando a já comprovada regularidade ambiental da Fazenda e os diversos danos causados à QVM sob o ponto de vista comercial, financeiro e reputacional, que reduziram seu valor mercado, caso a situação persista, os impactos negativos sobre resultados, métricas contratuais e posicionamento comercial tendem a se intensificar, tornando necessária a adoção das medidas cabíveis para preservação dos direitos da QVM.

Solicitamos posicionamento imediato não apenas da Agribusiness como também da Valbuena Holding.

Atenciosamente,

Francisco Olazabal

**Presidente do Conselho de Administração (Chairman)**

**FRANCISCO OLAZABAL**



+55 (00) 3000-0000



francisco.olazabal@qvm.com.br



Rua dos Encantos, n/n | Matopiba - PN -  
Brasil



[www.qvm.com.br](http://www.qvm.com.br)



Esta mensagem e seus anexos são confidenciais e destinados exclusivamente aos destinatários(as).

Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor comunicar o remetente e apagar a mensagem imediatamente.

**Avaliação dos Impactos dos Protocolos e Insumos Implementados pela  
Valbuena Holding S.A.**

Solicitantes/Consultantes: Quinta do Vale Meão S.A. e Valbuena Holding S.A.

Parecerista: Renato Valle Azevedo

Assunto: Análise dos Impactos dos Protocolos Implementados pela Valbuena Holding. S.A.

**I - INTRODUÇÃO**

As Consultantes formularam pedido de parecer acerca dos impactos decorrentes dos protocolos agronômicos implementados pela Valbuena na área de plantio da QVM.

[...]

**II - RELATÓRIO**

*“omissis”*

[...]

[...]

**III. DA ANÁLISE DO PROTOCOLO DE MANEJO DO SOLO**

*“omissis”*

[...]

**IV. DA ANÁLISE DO SOLO**

*“omissis”*

[...]

## V. DA ANÁLISE LABORATORIAL

[...]

“omissis”

## VI. DAS CONCLUSÕES

- Em 18 dos 30 quinhões avaliados, correspondentes à totalidade da área plantada, o solo apresentou caráter ligeiramente alcalino, associado à defasagem de enxofre elementar, insumo central do protocolo agrônômico adotado.

[...]

- A “mistura” de fertilizantes” prevista no protocolo, de certa forma padronizada, não se mostrou adequada e não respeitou microclimas e microrregiões. O que pode ter ocorrido pela incorreta divisão dos quinhões e/ou não acompanhamento adequado do solo para verificar a quantidade de nutrientes do solo.

[...]

- A par disso, não houve perda na qualidade dos frutos, que se manteve com elevados padrões de qualidade, inclusive, levando em consideração a avaliação da *Specialty Coffee Association* (SCA), a nota comparativa, em relação a anos anteriores, evoluiu de 91 para 92 pontos.
- Assim, conforme estudo técnico e laboratorial, conclui-se que o novo protocolo adotado não proporcionou o pH adequado ao solo (ligeiramente alcalino), o que prejudicou a quantidade de nutrientes disponíveis e ocasionou ligeira perda de produtividade.

Matopiba/PN

27 de maio de 2025



Renato Valle Azevedo

**CONFIDENCIAL**

**Por via postal**

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A.**

Matopiba, Pantanal,

Brasil

**VALBUENA HOLDING S.A.**

São Paulo, São Paulo,

Brasil

15 de agosto de 2025

Prezados,

**Procedimento arbitral nº 07/2025**

1. Reconheço o recebimento, por via postal e por e-mail, de quatro cópias do Requerimento de Arbitragem datado de 14 de julho de 2025, enviado por Letícia Parker, em nome da Requerente - Quinta do Vale Meão S.A. Também reconheço o envio de cópia do referido documento à parte Requerida - Valbuena Holding S.A.
2. Solicito a confirmação por parte da Requerida acerca da possibilidade de envio das notificações e correspondências relacionadas a esse procedimento arbitral por e-mail e por via postal, bem como a confirmação dos endereços de e-mail e via postal a serem utilizados.
3. Também solicito à parte Requerida informações para contactar seus representantes legais, caso venham a ser representados, incluindo endereço postal, endereço de e-mail e número de telefone.
4. O Requerimento de Arbitragem preencheu todos os requisitos previstos no art. 3.1 do Regulamento da CAMAGRO. Agora, torna-se especialmente importante o documento

intitulado “SPA - *Share Purchase Agreement*” firmado pelas partes em 18 de dezembro de 2023 (Contrato).

5. As partes e seus representantes são encorajadas a notificar a CAMAGRO caso haja ciência de qualquer questão, no presente momento ou no futuro, que possa impactar a capacidade de qualquer uma das partes dessa arbitragem em honrar com as despesas do presente procedimento.
6. Ao realizar o Requerimento de Arbitragem, a Requerente invoca o exercício da cláusula 13.2 do Contrato (“a cláusula compromissória”), que prevê:

***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ARBITRAGEM***

*13.1. Expert Determination. Todas as questões oriundas ou relacionadas ao presente instrumento contratual deverão ser previamente submetidas a procedimento de expert determination, a ser administrado pela Câmara de Arbitragem e Mediação do Agronegócio – CAMAGRO, nos termos de seu Regulamento e da legislação aplicável.*

*13.1.1. Sede e Idioma. As Partes definem como sede do procedimento de expert determination, prioritariamente, o município de Matopiba, estado do Pantanal, sendo o procedimento conduzido em idioma português, por expert a ser indicado de comum acordo entre as Partes ou, na ausência de consenso, nomeado pela CAMAGRO, nos termos de seu Regulamento.*

*13.1.2. Do Expert. As Partes registram que eventual procedimento de expert determination será conduzido por Renato Valle Azevedo (currículo anexo - omissis)*

*13.2. Arbitragem. Caso a controvérsia não seja resolvida de forma definitiva no âmbito do procedimento de expert determination, ou caso envolva matérias de natureza jurídica, contratual ou econômica, todas e quaisquer disputas oriundas ou relacionadas a este Contrato, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, interpretação, execução, inadimplemento, rescisão ou consequências patrimoniais, envolvendo quaisquer das Partes, seus sucessores ou cessionários autorizados, serão definitivamente resolvidas por arbitragem, administrada pela CAMAGRO, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem e da Lei nº 9.307/1996.*



**13.2.1. Composição do Tribunal Arbitral.** O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, dos quais 1 (um) será nomeado pela(s) Parte(s) Requerente(s) e 1 (um) pela(s) Parte(s) Requerida(s). O presidente do Tribunal Arbitral será escolhido de comum acordo pelos dois co-árbitros, no prazo previsto no Regulamento da CAMAGRO. Caso qualquer das Partes deixe de nomear seu árbitro, ou caso os co-árbitros não indiquem o presidente no prazo aplicável, a nomeação será realizada pela CAMAGRO, na forma de seu Regulamento.

**13.2.2. Sede e Idioma da Arbitragem.** A sede da arbitragem será o município de Matopiba, estado do Pantanal, Brasil, e o idioma da arbitragem será o português, sendo facultada a produção de provas técnicas, documentos e pareceres em língua inglesa, sem necessidade de tradução, a critério do Tribunal Arbitral.

**13.2.3. Leis Aplicáveis.** A arbitragem será de direito, aplicando-se, em todos os seus aspectos, as leis da República Federativa do Brasil, inclusive para reger todas as questões relacionadas à presente cláusula compromissória, tais como sua existência, validade, eficácia, interpretação e cumprimento, ficando expressamente vedado o julgamento por equidade.

**13.2.4. Medidas Cautelares ou de Urgência.** Antes da instituição da arbitragem, as Partes poderão requerer medidas cautelares ou de urgência ao Poder Judiciário competente. Após a instituição da arbitragem, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser requeridas diretamente ao Tribunal Arbitral, a quem caberá manter, modificar ou revogar quaisquer medidas eventualmente concedidas pelo Poder Judiciário.

**13.2.5. Confidencialidade.** As Partes concordam que o procedimento arbitral será confidencial, abrangendo, sem limitação, sua existência, as disputas submetidas, alegações e manifestações das Partes, provas e documentos apresentados, bem como todas as decisões e a sentença arbitral, podendo tais informações ser reveladas exclusivamente ao Tribunal Arbitral, às Partes, a seus advogados e às pessoas estritamente necessárias à adequada condução do procedimento.

**13.2.6. Despesas e Honorários.** As despesas do procedimento arbitral, incluindo, mas não se limitando, às custas administrativas da CAMAGRO, honorários dos árbitros, experts e peritos, quando aplicáveis, serão inicialmente adiantadas pelas Partes na forma do Regulamento da

*CAMAGRO. Na sentença arbitral, o Tribunal Arbitral determinará o reembolso à Parte vencedora das despesas do procedimento arbitral, incluindo custas administrativas, honorários dos árbitros, peritos, assistentes técnicos, pareceristas e honorários advocatícios contratuais razoáveis, ficando expressamente vedada a condenação em honorários de sucumbência.*

7. A cláusula compromissória prevê que as disputas serão resolvidas por arbitragem sob o regulamento da CAMAGRO (“as regras”).
8. Convido atenção das partes à tabela de custas arbitrais da CAMAGRO disponibilizada no site [www.camagro.com.br](http://www.camagro.com.br).
9. A cláusula compromissória prevê um tribunal arbitral composto por três membros. Cada parte terá o direito de selecionar sua escolha de árbitro, enquanto o árbitro presidente será escolhido em comum acordo pelos co-árbitros. No Requerimento de Arbitragem, a Requerente selecionou Helena Vasconcelos como sua escolha de árbitro, a quem iremos entrar em contato no devido momento em busca da resposta acerca da sua indicação.
10. Caso qualquer das partes possua objeção quanto à atuação de qualquer árbitro no presente procedimento, possui o prazo de 20 dias, a contar da data da sua nomeação, para proceder com eventual pedido de impugnação, conforme o art. 6.1 do Regulamento. O pedido de impugnação será encaminhado à Diretoria para deliberação e eventual decisão.
11. Conforme o Art. 3.4 do Regulamento da CAMAGRO, a parte Requerida tem um prazo de 30 dias, a partir da notificação realizada pela Secretaria da CAMAGRO, para apresentar uma Resposta ao Requerimento de Arbitragem. A não observância do prazo estabelecido preclui a parte Requerida da possibilidade de levantar pedidos de reconvenção.
12. A CAMAGRO se reserva o direito de, após a conclusão do presente procedimento arbitral, destruir todos os documentos submetidos durante o curso da arbitragem. Salvo na hipótese de uma das partes solicitar, por escrito, a devolução dos documentos apresentados. Nesse caso, o custo da devolução de tais documentos será adimplido pela parte que solicitou sua devolução.
13. A CAMAGRO se disponibiliza inteiramente para sanar toda e qualquer questão, oriunda de qualquer uma das partes.
14. Esperamos a resposta das partes em relação às questões elencadas acima.

Atenciosamente,

Paulo Hobbs,

Secretaria CAMAGRO



**Catarina Suckling**

OAB 16112020

Endereço (...) São Paulo/SP - Brasil

Tel (*omissis*)

catarina@suckling.com.br

20 de outubro de 2025

**Por e-mail e via postal**

Ao Senhor Paulo Hobbs

À Câmara de Mediação e Arbitragem do Agronegócio - CAMAGRO

*QUINTA DO VALE MEÃO S.A. v. VALBUENA HOLDING S.A*

CAMAGRO/N. 07/2025

Estimado Sr. Hobbs,

Venho, por meio deste, indicar que estarei representando a Requerida, Valbuena Holding S.A., no Processo Arbitral em epígrafe.

Oportunamente, informo que além da Resposta ao Requerimento de Arbitragem por parte da Requerida, seguem também cópias dos documentos citados no bojo da resposta, bem como o documento de representação da Valbuena.

A Requerida concorda em se comunicar com a CAMAGRO por e-mail e via postal. Neste caso, o e-mail a ser utilizado é o [catarina@suckling.com.br](mailto:catarina@suckling.com.br), enquanto o endereço para envio postal é (...) São Paulo/SP - Brasil.

A parte Requerida indica Leticia Molinari, Rua dos Juristas, nº 87, São Paulo, São Paulo, Brasil, como árbitra, de sorte que seu currículo segue anexo.

Solicito, por gentileza, que sejam tomadas as ações necessárias para a confirmação da investidura da árbitra.

Atenciosamente,

**Catarina Suckling.**

**Anexos:**

Resposta ao Requerimento de Arbitragem

Anexo 01 - Nota ao mercado

Anexo 02 - Troca de e-mails - Insumos

Anexo 03 - Notificação extrajudicial

Anexo 04 - Notícia - Agororocks

Procuração advocatícia (*omissis*)

CV Leticia Molinari (*omissis*)

cc. Letícia Parker

**CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DO AGRONEGÓCIO**

**(CAMAGRO)**

**Ref: Processo Arbitral nº 07/2025**

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A.**

(Requerente)

X

**VALBUENA HOLDING S.A**

(Requerida)

**RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE ARBITRAGEM**

**I. INTRODUÇÃO E SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA**

1. Valbuena Holding S.A. (“Valbuena” ou “Requerida”) é sociedade empresária de direito privado, com atuação em toda a cadeia produtiva de café, melhorias de sementes, incrementos de tecnologia, fornecimento de insumos, comercialização de grãos (nacional/internacional), certificações de qualidade, dentre outras tantas atuações.
2. Nos últimos anos vem buscando expandir sua atuação para linhas de café “*premium*”, unindo qualidade e sustentabilidade. E, nesse contexto, identificou a Quinta do Vale Meão S.A. (“QVM”) como potencial parceira estratégica/comercial de modo a unificar todas as etapas na produção e comercialização de café, o chamado “Projeto Único” (Anexo 01).

3. Com esse objetivo, as Partes celebraram *Share Purchase Agreement* (“SPA”), com a previsão de aquisição de 70% das ações da QVM.
4. Após o *closing*, contudo, a QVM passou a adotar decisões operacionais e comerciais que se afastaram das premissas que fundamentaram a operação. De um lado, foi extremamente resistente à adoção de novas práticas de cultivo, tais como: cuidados com o solo, manejo de insumos, aproveitamento de microclimas e microrregiões. De outro lado, veio à tona discussão ambiental envolvendo suas propriedades, em especial, a Fazenda Vega Sicília.
5. Reflexo disso, foi a inclusão da Fazenda Vega Sicília em cadastro de áreas bloqueadas para comercialização, por suposto “desmatamento irregular”, lista não oficial criada por *tradings* e entidades da sociedade civil, com forte atuação na comercialização internacional de grãos, em prol de práticas ambientalmente mais sustentáveis. As empresas signatárias, incluindo a Macan Agribusiness Company S.A., comprometem-se a não comercializar produtos oriundos dessas áreas.
6. Os desvios operacionais e comerciais levaram ao não alcance das métricas de desempenho estipuladas no SPA, motivo pelo qual a Valbuena notificou a QVM, comunicando a não performance contratual e a consequente inexistência de direito ao pagamento da parcela variável (Anexo 03).
7. A par disso, insatisfeita com as consequências jurídicas e comerciais de suas práticas, a QVM optou por iniciar este procedimento arbitral, sustentando que a frustração da sua performance foi decorrente de supostas intervenções técnicas, operacionais e gerenciais atribuídas à Valbuena.
8. Assim, busca imputar à Valbuena, e a uma de suas parceiras comerciais, a Macan Agribusiness Company S.A., responsabilidade exclusiva pela não materialização das metas contratuais, pleiteando o pagamento integral do *Earn-Out* e indenização por supostos danos reputacionais por ela sofridos.

**II. PRELIMINAR — INAPLICABILIDADE DA EXTENSÃO SUBJETIVA DA CLÁUSULA ARBITRAL**

9. A tentativa da Requerente de estender, subjetivamente, a cláusula compromissória prevista no SPA à Macan Agribusiness Company S.A. configura indevida ampliação da jurisdição arbitral e extrapola os limites expressamente pactuados entre as partes. Afinal, a cláusula arbitral vincula exclusivamente às Partes signatárias do SPA — QVM e Valbuena Holding S.A. — inexistindo qualquer disposição que autorize a inclusão automática de um terceiro.

10. Assim, muito embora a Valbuena Holding S.A. seja acionista (minoritária) da Macan Agribusiness Company S.A., são pessoas jurídicas distintas e não há qualquer confusão patrimonial ou operacional entre as sociedades, tampouco ingerência direta/indireta sobre decisões comerciais por ela adotadas.

**III. DO MÉRITO — INEXISTÊNCIA DE QUALQUER INADIMPLEMENTO DA VALBUENA****A. DO NÃO CUMPRIMENTO DAS MÉTRICAS DE *EARN-OUT* PELA QVM**

11. A Requerente busca imputar à Valbuena a responsabilidade pelo não atingimento das métricas de *Earn-Out*, sustentando que o comprometimento da performance decorreria, sobretudo, de ingerências indevidas na operação da QVM.

12. Conforme previsão contratual, o pagamento do *Earn-Out* foi condicionado ao aumento do lucro líquido ou da receita operacional bruta em, no mínimo, 10% (dez por cento) ao ano. Esses indicadores foram concebidos para refletir a capacidade da própria QVM de executar a estratégia empresarial que sempre pautou as negociações e planejamento das Partes.

13. Em relação à produtividade e qualidade, ainda que a Agro Pintia Supply, empresa subsidiária da Valbuena S.A., tenha alterado, parcialmente, os insumos repassados à QVM, a Requerida hesitou em executar o novo protocolo agrônômico para condução do plantio e preparo do solo, procedimento elaborado com base em avançados estudos, em distintos *terroirs*, com amostras colhidas em todas as áreas de plantio (Anexo 02). Assim, a Requerente não pode imputar à Valbuena as consequências da execução incompleta e tardia do protocolo fornecido.

14. Para além disso, a Fazenda Vega Sicília foi incluída em lista restritiva ambiental no âmbito de *pool* de *tradings* do qual participa a Macan Agribusiness Company S.A., por ligações, ainda que indiretas, com desmatamento irregular. O que não só prejudicou o ganho de novos mercados e a evolução dos preços, como também ocasionou danos à imagem da Valbuena Holding S.A.

15. Logo, não é possível transferir à Valbuena a responsabilidade pelos efeitos económicos adversos decorrentes de antigas relações contratuais ou, então, decisões empresariais próprias da QVM.

#### **IV. DO PLEITO RECONVENCIONAL: VIOLAÇÃO DA CLÁUSULA ESG *VERSUS* RESCISÃO DO SPA**

16. Desde a fase de negociações, as partes decidiram que normas de ESG constituiriam pressuposto central da operação, de modo a atender aos parâmetros mais rigorosos do mercado internacional e às normas protetivas de meio ambiente (Anexo 04). Não por outra razão, o SPA previu que a quebra desta Cláusula ensejaria a rescisão automática do negócio.

17. A inclusão da Fazenda Vega Sicilia em lista restritiva ambiental, decorrente da suspeita de supressão irregular de vegetação praticada pelo antigo proprietário (Nicolau de Almeida) em outras Fazendas, situadas no Estado do Mato Grosso, sinalizou risco junto aos agentes de mercado, que logo adotaram medidas para proteger-se dos efeitos de eventuais restrições comerciais.

18. Para tanto, esses agentes optaram por classificar, de forma cautelar, todas as áreas anteriormente vinculadas ao investigado como sensíveis, inclusive a Fazenda Vega Sicilia, enquanto pendente avaliação mais aprofundada e conclusiva, o que, por si só, acionaria a Cláusula ESG.

19. Não obstante, o antigo proprietário da Fazenda Vega Sicília, é parceiro comercial do presidente do Conselho de Administração da QVM, explorando, em regime de parceria agrícola, o outro imóvel rural localizado em Matopiba, vínculo que reforça o descumprimento da Cláusula ESG.



20. Diante desse quadro, verifica-se o descumprimento dos deveres de ESG, ensejando a rescisão do contrato, bem como a aplicação da multa compensatória prevista na Cláusula Décima Primeira e a responsabilização da QVM pela indenização integral dos danos diretos, lucros cessantes e prejuízos reputacionais decorrentes das infrações ambientais.

#### **V. IMPUGNAÇÃO À CONCLUSÃO DO *EXPERT DETERMINATION*: VIOLAÇÃO AO DEVER DE REVELAÇÃO**

21. O laudo produzido no âmbito do procedimento de “análise técnica e determinação por um perito” deve ser considerado nulo em razão da violação do dever de revelação do *expert*, o que compromete a independência e imparcialidade do relatório final por ele produzido.

22. Isto porque se tornou público que o *expert* já havia prestado dois serviços profissionais a um ex-sócio da QVM e hoje, presidente do Conselho de Administração, o senhor Francisco Olazabal. O primeiro deles, em meados de 2020, um parecer técnico em processo administrativo junto à Secretaria do Meio Ambiente do Pantanal, o segundo, uma consultoria especializada, na primeira etapa de expansão do Grupo QVM, no início de 2022, ainda que indiretamente, por ser sócio da empresa contratada.

23. A omissão dessas informações impediu que a Requerida exercesse, de forma tempestiva, o direito de avaliar a existência de potencial conflito de interesses e, se fosse o caso, revogar sua concordância com o *expert* ou, então, impugnar, tempestivamente, seu relatório conclusivo.

24. Diante disso, a violação do dever de revelação impõe o reconhecimento da nulidade do procedimento de “análise técnica e determinação por um perito” e a inadmissibilidade, a qualquer forma, da sua utilização.

#### **VI. PEDIDOS**

25. Diante de todo o exposto, a Requerida requer a este Tribunal Arbitral que:

- a) Rejeite a pretensão de extensão subjetiva da cláusula compromissória do SPA à Macan Agribusiness Company S.A.;

b) Declare a nulidade do laudo produzido no procedimento de “análise técnica e determinação por um perito”, em razão da violação ao dever de revelação afastando-o como meio probatório no presente procedimento;

c) Julgue integralmente improcedentes os pedidos formulados pela QVM, reconhecendo a inexistência de inadimplemento imputável à Valbuena e que a frustração das métricas de *Earn-Out* decorreu de decisões autônomas da própria Requerente; e

d) Reconheça a violação da Cláusula ESG pela QVM, declarando a rescisão contratual, com a aplicação da multa compensatória e a responsabilização da QVM pela indenização integral dos danos e prejuízos reputacionais decorrentes da violação.

20 de outubro de 2025, São Paulo/SP

**Catarina Suckling**

**OAB (*omissis*)**

(assinado eletronicamente)



VALBUENA

## NOTA AO MERCADO

São Paulo (Capital), 18 de dezembro de 2023.

A Valbuena Holding S.A. (“Valbuena” ou “Companhia”), informa aos seus *stakeholders* e ao mercado em geral a celebração de **Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias (Share Purchase Agreement – SPA)** para a aquisição de 70% (setenta por cento) do capital social da Quinta do Vale Meão S.A. (“QVM”).

A QVM é reconhecida por sua trajetória no mercado de cafés de alta qualidade e por investimentos contínuos em tecnologia, governança e sustentabilidade, inclusive com certificações internacionais.

A transação reforça a estratégia da Valbuena de expansão e de crescimento no segmento de cafés de maior valor agregado, ampliando sua presença em regiões com potencial produtivo e aderência a padrões contemporâneos de ESG.

Essa transação fortalece os valores que sempre orientaram as atividades empresariais da Valbuena S.A., qualidade e sustentabilidade, em seus mais altos padrões e exigências.

**Gonzalo Iturriaga**

**CEO**

**Assunto:** FEEDBACK DE CAMPO – Fazenda Vega Sicília / Protocolo de Solo e Nutrição

**De:** Carlos Mendonza <c.mendonza@agropintiasupply.com>

**Enviado em:** 20 de maio de 2024, 10:15

**Para:** Beatriz Valdouro<beatriz.valdouro@valbuena.com>

**Cc:** Operações QVM <operacoes@qvm.com>

Beatriz,

Nossos técnicos de campo concluíram a segunda inspeção na Fazenda Vega Sicília nesta semana e constataram que a implementação do protocolo agrônômico da Agro Pintia Supply está sendo executado de forma parcial.

Foi identificada **i)** a aplicação adicional de enxofre elementar (acima do limite previsto), o que pode levar à alcalinidade do solo; e **ii)** o uso, em 2 dos 30 quinhões, de fertilizantes do antigo padrão da QVM, em substituição ao blend fornecido pela Agro Pintia Supply.

Esses desvios comprometem a resposta agrônômica esperada das plantas e podem gerar déficit nutricional e prejudicar a qualidade e quantidade dos frutos.

A equipe agrônômica da QVM em campo foi alertada, mas informou que ainda estaria “em fase de adaptação” ao novo protocolo.

Atenciosamente,

**CARLOS MENDONZA**  
Gerente comercial

---

📍 Av. Paulista, XX, São Paulo/SP, Brasil  
☎ +55 (11) 0000-2020  
✉ c.mendonza@agrosupply.com  
🌐 www.agrosupply.com



**Agro Pintia Supply**

Esta mensagem e seus anexos são confidenciais e destinados exclusivamente aos destinatários(as).  
Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor comunicar o remetente e apagar a mensagem imediatamente.

**Assunto:** NOTIFICAÇÃO FORMAL- desvios em relação ao protocolo agrônômico aprovado

**De:** Beatriz Valdouro<beatriz.valdouro@valbuena.com>

**Enviado em:** 20 de maio de 2024, 08:00

**Para:** Ricardo Leal <r.leal@qvm.com>

**Cc:** Carlos Mendoza <c.mendoza@agropintiasupply.com>

Ricardo,

Em razão dos relatórios recebidos da equipe técnica da Agro Pintia Supply, a Valbuena vem, por meio deste, registrar formalmente que o protocolo agrônômico aprovado não está sendo corretamente implementado na Fazenda Vega Sicília.

Foram identificados os seguintes desvios:

*i) a aplicação adicional de enxofre elementar (acima do limite previsto), o que pode levar à alcalinidade do solo; e ii) o uso, em 2 dos 30 quinhões, de fertilizantes do antigo padrão da QVM, em substituição ao blend fornecido pela Agro Pintia Supply.*

Tais desvios comprometem o desempenho da lavoura, sem contar as implicações contratuais decorrentes disso.

Atenciosamente,



BEATRIZ VALDOURO  
DIRETORA DE COMPLIANCE (CCO)

☎ +55 (11) 0050 - 0000

🖱 [www.valbuenaholding.com](http://www.valbuenaholding.com)

✉ [beatriz.valdouro@valbuena.com](mailto:beatriz.valdouro@valbuena.com)

📍 Avenida das Nações, nº 800, São Paulo,  
São Paulo, Brasil

Esta mensagem e seus anexos são confidenciais e destinados exclusivamente aos destinatários(as).  
Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor comunicar o remetente e apagar a mensagem imediatamente.

**Assunto:** RE: NOTIFICAÇÃO FORMAL - Notificação formal – desvios em relação ao protocolo agrônômico aprovado

**De:** Ricardo Leal <r.leal@qvm.com>

**Enviado em:** 26 de junho de 2024, 14:17

**Para:** Beatriz Valdouro<beatriz.valdouro@valbuena.com>

**Cc:** Carlos Mendoza <c.mendoza@agropintiasupply.com>;

Beatriz,

Reconhecemos que o processo de integração tem sido, operacionalmente, desafiador.

Nossa equipe possui ampla experiência, tanto no manejo no solo, quanto em relação às melhores práticas a serem utilizadas na lavoura. Além disso, os protocolos não se revelaram “tão confiantes” e adequados ao nosso solo e aos microclimas encontrados na propriedade.

Em razão disso, estamos discutindo com a equipe de campo eventuais ajustes ou, por vezes, uma revisão do protocolo para que sejam admitidas as mudanças. Levando em consideração, sobretudo, uma melhor divisão dos talhões.

Por fim, não concordamos que essas adaptações caracterizam descumprimento contratual.

Att,

**RICARDO LEAL**  
*Diretor Operacional (COO)*

+55 (00) 3000-0000

r.leal@qvm.com

Rua dos Encantos, n/n | Matopiba - PN -  
Brasil

www.qvm.com.br

*Quinta do*  
**VALE MEÃO**  


Esta mensagem e seus anexos são confidenciais e destinados exclusivamente aos destinatários(as).  
Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor comunicar o remetente e apagar a mensagem imediatamente.

## NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

São Paulo/SP, 03 de março de 2025

À

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A. ("QVM")**

Município de Matopiba, estado do Pantanal, CEP nº (*omissis*)

**VALBUENA HOLDING S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida das Nações, nº 800, na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº (*omissis*), vem, na qualidade de **NOTIFICANTE**, por meio da presente, notificá-la sobre os seguintes fatos e fundamentos.

1. Conforme estabelecido entre as Partes no *Share Purchase Agreement* ("SPA"), celebrado em 18 de dezembro de 2023, o pagamento da parcela variável pela aquisição das ações da QVM está condicionado ao aumento do lucro líquido ou da receita operacional bruta em, no mínimo, 10% (dez por cento) ao ano, o que já foi objeto da apuração, concluída na última sexta-feira (28/02), com base nas demonstrações financeiras auditadas com o acompanhamento das Partes.
2. (...)
3. Todavia, no período de referência, compreendido entre 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro do mesmo ano, identificou-se, a partir dos documentos contábeis e financeiros auditados, uma manutenção dos números apresentados no exercício anterior.
4. Como consequência do não atingimento dos indicadores previstos, não foi atendida a condição contratual necessária ao pagamento da parcela variável.
5. (...)
6. (...)



VALBUENA

7. Diante disso, a presente **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** destina-se a:

- a) **NOTIFICAR** a QVM de que os indicadores de desempenho contratualmente previstos não foram atingidos, inexistindo direito ao recebimento de qualquer parcela de *Earn-Out* no ano-calendário de 2025;
- b) **NOTIFICAR** a QVM de que a Valbuena considera formalmente encerrado o primeiro período de apuração do *Earn-Out*, sem reconhecimento de valores devidos;
- c) (...)
- d) (...)

São Paulo, 03 de março de 2025.

**VALBUENA HOLDING S.A.**



# AGRO ROCKS

AGRICULTURE | MARKET | ENVIRONMENT

## DEBATE INTENSIFIES OVER THE FUTURE OF THE SOY MORATORIUM AND DEFORESTATION IN THE AMAZON



The recent decision by key agribusiness actors to step away from the Soy Moratorium has brought renewed attention to the potential consequences of this shift for deforestation in the Amazon, as well as to its broader implications for climate governance and global agricultural commodity markets.

In force since 2006, the Soy Moratorium established restrictions on the commercialization of soybeans originating from areas of the Amazon deforested after 2008, operating as a voluntary instrument designed to complement the existing environmental legal framework by introducing additional safeguards along the supply chain.

This shift has occurred amid a broader reassessment of the role of private voluntary commitments alongside state-based environmental regulation. While environmental laws establish formal limits on land use and deforestation, their effectiveness depends on enforcement capacity and regulatory oversight, which remain uneven in practice. As a result, part of the deforestation observed is linked to implementation gaps rather than to the absence of legal standards.

Within this context, voluntary initiatives such as the Soy Moratorium have been viewed as complementary tools that generate economic and reputational incentives across the soy supply chain. Conversely, the reduction of such commitments is seen by some analyses as potentially facilitating agricultural expansion into recently deforested areas, while other perspectives emphasize that consistent enforcement of existing legal frameworks could be sufficient, keeping the balance between voluntary mechanisms and public regulation open to debate.





**CONFIDENCIAL**

**Por via postal**

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A.**

Matopiba, Pantanal,

Brasil

**VALBUENA HOLDING S.A.**

São Paulo, São Paulo,

Brasil

03 de novembro de 2025

Prezados,

**Procedimento arbitral nº 07/2025**

1. Reconheço o recebimento da Resposta ao Requerimento de Instauração de Arbitragem, por via postal e por e-mail, de quatro cópias, datada de 20 de outubro de 2025, enviado por Catarina Suckling, em nome da Requerida - Valbuena Holding S.A. Também reconheço o envio de uma cópia do referido documento à parte requerente - Quinta do Vale Meão S.A.
2. Após análise da Resposta ao Requerimento de Instauração de Arbitragem, foi verificada a existência de suscitação de questões procedimentais e novas questões de mérito. Diante disso, solicito à parte requerente que se manifeste.

Atenciosamente,

Paulo Hobbs,

Secretaria CAMAGRO

**CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DO AGRONEGÓCIO**

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A.**

**(Requerente)**

**VS.**

**VALBUENA HOLDING S.A.**

**(Requerida)**

**Referência: Processo Arbitral nº 07/2025**

**RESPOSTA À RECONVENÇÃO**

**I. DA VALIDADE DO RELATÓRIO FINAL PRODUZIDO *EXPERT***

1. A tentativa da Requerida de desconstituir o procedimento de *Expert Determination* por suposta violação ao dever de revelação não encontra respaldo nos fatos nem no regime contratual pactuado entre as Partes, revelando-se construção oportunista, formulada apenas após a ciência de conclusões técnicas desfavoráveis aos seus interesses.
2. O *expert* responsável pela condução do procedimento foi escolhido de comum acordo pelas Partes, mediante aceitação expressa e sem qualquer ressalva quanto à sua independência, qualificação técnica ou idoneidade profissional. À época da formalização do procedimento, nenhuma objeção foi formulada, tampouco houve questionamento quanto à existência de potenciais conflitos de interesse, circunstância que, por si só, afasta a alegação de nulidade superveniente fundada em pretensa quebra de imparcialidade.

3. As relações existentes entre um único representante da QVM são pretéritas, pontuais e sem qualquer vínculo com o objeto do SPA, muito menos com o procedimento de “análise técnica e determinação por um perito”.
4. Não há qualquer demonstração de que tais serviços tenham comprometido a independência técnica do *expert*, influenciado sua atuação no procedimento ou contaminado as conclusões alcançadas. Além disso, a Requerida não demonstrou prejuízo efetivo, nem sequer potencial, decorrente da suposta omissão no “dever de revelação” do *expert*.
5. Ademais, o laudo se funda em critérios técnicos verificáveis e passíveis de escrutínio pelo Tribunal Arbitral.
6. Assim, o relatório final do *expert* deve vincular o Tribunal ou, de forma subsidiária, ser utilizado/valorado como prova apta a elucidar a verdade dos fatos e as alegações da Requerente.

## **II. DO PEDIDO RECONVENCIONAL: INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA CLÁUSULA ESG. IMPOSSIBILIDADE DE RESCISÃO AUTOMÁTICA OU INCIDÊNCIA DE PENALIDADES**

7. O pedido reconvencional formulado pela Requerida, fundado na suposta violação da cláusula ESG do SPA, não se sustenta à luz dos fatos ocorridos nem da correta interpretação da Cláusula 6.3, alínea “(c)”, cuja incidência foi artificialmente ampliada para abarcar situação que não se amolda ao evento objetivo ali tipificado.
8. Conforme pactuado, a Cláusula 6.3, alínea “(c)” condiciona a resolução automática do contrato à constatação de ato ou omissão que implique dano ambiental ou perda de certificação ESG, evento que inviabilizaria a elegibilidade comercial da produção.
9. Tal hipótese, contudo, não se configurou. Conforme demonstrado, inexistiu qualquer ato emanado de autoridade que tenha reconhecido irregularidade ambiental na Fazenda Vega Sicília ou determinado restrição formal à sua exploração produtiva. Ao revés, restou confirmado, inclusive em comunicações mantidas com a própria Macan Agribusiness Company S.A., que a referida área se encontrava em conformidade ambiental.
10. O que efetivamente ocorreu foi a adoção unilateral de políticas comerciais restritivas no âmbito de um *pool* de *tradings*, do qual participa parceira comercial da Requerida, medida esta que não se confunde com a hipótese de perda de certificação ESG prevista no SPA. Trata-se, portanto, de

decisão provisória, não oficial e, portanto, incapaz de acionar os efeitos resolutivos automáticos pretendidos.

11. Além disso, a relação comercial envolvendo o Presidente do Conselho de Administração da QVM e o antigo proprietário da Fazenda Vega Sicília limitou-se à exploração agrícola de Fazenda vizinha, situada na região de Matopiba, sem que se tenha notícia de qualquer embargo ambiental ou irregularidade naquela área. Essa relação foi travada com o Sr. Robert Mondavi enquanto pessoa física particular, não na qualidade de sócio ou Presidente do Conselho de Administração da QVM, de modo que não houve qualquer influência sobre políticas ambientais ou padrões de governança da QVM.
12. Dessa forma, ausente a configuração da hipótese objetiva prevista na Cláusula 6.3, alínea “(c)” do SPA, ou em qualquer outra previsão contratual, não há fundamento jurídico para o reconhecimento de rescisão automática, tampouco para a incidência da multa compensatória prevista na Cláusula Décima Primeira ou para a imputação à QVM de responsabilidade indenizatória por supostos danos econômicos.

## DOS PEDIDOS

13. Pelos fundamentos apresentados acima, a Requerente respeitosamente solicita que o Tribunal Arbitral:
  - A. Reconheça a validade do procedimento de *Expert Determination*, declarando que o laudo técnico foi elaborado em estrita observância ao escopo contratualmente definido; e
  - B. Rejeite a tese de violação da Cláusula ESG e, por consequência, julgue improcedente o pedido reconvencional formulado pela Requerida.

25 de novembro de 2025, São Paulo/SP

**Letícia Parker**

**OAB (*omissis*)**

(assinado eletronicamente)

**CONFIDENCIAL**

**Por via postal**

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A.**

Matopiba, Pantanal,

Brasil

**VALBUENA HOLDING S.A.**

São Paulo, São Paulo,

Brasil

09 de dezembro de 2025

Prezados,

**Procedimento arbitral nº 07/2025**

Notifica-se às partes que, conforme previsão no Regulamento da CAMAGRO, os co-árbitros indicaram o senhor Sergio Junqueira para presidir o presente procedimento arbitral. Portanto, o Tribunal Arbitral será composto por:

**Leticia Molinari**

Pantanal/Brasil

**Leticia Molinari**

São Paulo / Brasil

**Sergio Junqueira**

São Paulo / Brasil

Segue, anexo, cópia do termo de compromisso, currículo dos árbitros e seus testemunhos de independência, imparcialidade e disponibilidade.

Reitero às partes que, de acordo com o Art. 12.7.1. deve ocorrer o adimplemento da taxa de administração e dos honorários dos árbitros dentro do período de 30 dias - a partir da elaboração do Termo de Arbitragem com a estipulação do valor do procedimento - conforme estipulado pela Secretaria da CAMAGRO. Caso não haja tal observância poderá haver a suspensão do procedimento arbitral, podendo ser retomada após a efetivação do referido pagamento.

Atenciosamente,

Paulo Hobbs,

Secretaria CAMAGRO

Anexos:

Termo de compromisso (não reproduzido)

CV Tribunal Arbitral (não reproduzido)

Testemunhos independência, imparcialidade e disponibilidade Tribunal Arbitral (não reproduzido)

cc.

Fatima Favacho, apenas via e-mail

Leticia Molinari, apenas via e-mail

Sergio Junqueira, apenas via e-mail

**CONFIDENCIAL**

**Por via postal**

**QUINTA DO VALE MEÃO S.A.**

Matopiba, Pantanal,

Brasil

**VALBUENA HOLDING S.A.**

São Paulo, São Paulo,

Brasil

**Processo Arbitral QUINTA DO VALE MEÃO S.A v. VALBUENA HOLDING S.A.**

21 de janeiro de 2026

Prezados,

A Secretaria da CAMAGRO agradece às partes e aos membros do Tribunal por sua cooperação ao longo da conferência de ontem (20/01/2026).

Segue anexo o Termo de Arbitragem, elaborado com base no que foi discutido durante a reunião.

Atenciosamente,

Paulo Hobbs,

Secretaria CAMAGRO

Anexo: Termo de Arbitragem



## **TERMO DE ARBITRAGEM**

21 de janeiro de 2026

### **Processo Arbitral nº 07/2025/CAMAGRO**

As Partes, adiante identificadas, resolvem celebrar o presente Termo de Arbitragem (“**Termo**”) relacionado ao Processo Arbitral acima identificado (“**Arbitragem**”), em cumprimento ao disposto no art. 7º do Regulamento de Arbitragem da CAMAGRO vigente na data de assinatura deste documento, que se regerá pelas regras e condições adiante estabelecidas.

### **I. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

#### **Requerente:**

1.1 **Quinta do Vale Meão S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Matopiba, estado de Pantanal, Brasil, inscrita no CNPJ/ME (*omissis*), doravante denominada “Requerente”.

#### **Requerida:**

1.2. **Valbuena Holding S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº (*omissis*), doravante denominada de “**Requerida**”;

1.3. **Requerente e Requerida**, em conjunto, serão doravante designados como “**Partes**”.

## II. PROCURADORES

2.1. A **Requerente** é representada, nesta **Arbitragem**, pelos advogados integrantes do escritório advocatício **Parker Advogados Associados**, com endereço profissional na (...) São Paulo/SP - Brasil.

2.2.1 **Dra. Letícia Parker** (OAB nº 22112018)

E -mail: [leticia@parker.com](mailto:leticia@parker.com)

2.2.A **Requerida** é representada, nesta **Arbitragem**, pelos advogados integrantes do escritório advocatício **Suckling Advocacia Empresarial**, com endereço profissional na (...) São Paulo/SP - Brasil.

2.2.1 **Dra. Catarina Suckling** (OAB nº 16112020)

E-mail: [catarina@suckling.com](mailto:catarina@suckling.com)

## III. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

*(omissis)*

## IV. TRIBUNAL ARBITRAL:

4.1. O Tribunal Arbitral será constituído por:

4.1.1. **Fatima Favacho**, brasileira, advogada, *(omissis)*, indicada pela **Requerente**;

4.1.2. **Leticia Molinari**, brasileiro, advogado, *(omissis)*, indicado pela **Requerida**;

4.1.3. **Sergio Junqueira**, brasileiro, advogado, *(omissis)*, Presidente do Tribunal Arbitral, indicado de comum acordo pelos co-árbitros.

4.2. Os árbitros ora indicados declaram expressamente que, para todos os efeitos, e nos termos da legislação e do Regulamento encontram-se desimpedidos para exercerem a função de árbitro neste procedimento arbitral, de acordo com as suas respectivas declarações de não impedimento e esclarecimentos adicionais prestados.

4.3. As **Partes** estão de acordo que o Tribunal Arbitral foi adequado e validamente nomeado

e, por meio deste, confirmam que não possuem qualquer contestação, objeção ou oposição em relação a seus membros e às respectivas declarações de independência, em relação às **Partes** e ao litígio. Do mesmo modo, as **Partes** estão de acordo que o presente procedimento arbitral foi adequado e validamente instaurado, não havendo qualquer objeção quanto ao seu prosseguimento, ressalvada a posição da **Requerida** relativamente ao saneamento do contraditório e da manutenção da igualdade entre as **Partes**.

4.4. Assim, por este **Termo de Arbitragem**, ratifica-se, para todos os efeitos legais, a formação do Tribunal Arbitral, composto pelos Árbitros qualificados acima, ao qual competirá conduzir o Procedimento Arbitral e decidir as questões nele submetidas.

## **V. DO OBJETO DO LITÍGIO:**

5.1. A presente **Arbitragem** tem por objeto discussões relativas ao cumprimento ou não de obrigações relativas ao contrato “*Share Purchase Agreement*” celebrado entre as **Partes** em 18 de dezembro de 2023.

5.2. Nenhuma das **Partes**, ao celebrar o presente **Termo**, reconhece, subscreve ou adere ao resumo fático ou aos pedidos formulados pela outra parte, conforme descrição a seguir.

### **5.3. PLEITOS DA REQUERENTE**

A **Requerente** submete ao Tribunal Arbitral, em síntese, pedidos voltados **(i)** ao reconhecimento do inadimplemento contratual da **Requerida**, **(ii)** ao pagamento *Earn-Out*, **(iii)** à indenização por danos sofridos e **(iv)** à extensão subjetiva da cláusula compromissória.

### **5.4. PLEITOS DA REQUERIDA**

A **Requerida**, por sua vez, requereu **(i)** improcedência das pretensões da **Requerente**, bem como pedidos reconventionais relacionados **(ii)** violação da cláusula ESG e, consequentemente, à rescisão do SPA, **(ii)** à aplicação de penalidades contratuais e **(ii)** à impugnação do procedimento de “análise técnica e determinação por um perito”.

## 5.5. DELIMITAÇÃO DA DISPUTA

Em suas próximas submissões e nas sustentações orais, as **Partes** deverão discorrer acerca dos seguintes pontos controvertidos:

- a. Deve ocorrer a extensão subjetiva da cláusula arbitral à Macan Agribusiness Company S.A.
- b. As conclusões do procedimento de *expert determination* devem ser anuladas por suposta falta no dever de revelação do perito.
- c. A quem e em qual proporção deve ser imputada a responsabilidade pela não performance das métricas previstas para pagamento do *Earn-Out* ?
- d. Ocorreu, pela Requerente, desrespeito às obrigações ESG aptas a provocar a rescisão contratual ?

## VI. IDIOMA E LOCAL DA ARBITRAGEM

6.1. A Arbitragem será conduzida no idioma Português (Brasil), sendo, nesse idioma, redigidas as manifestações e requerimentos das **Partes**, as ordens processuais e eventuais manifestações dos árbitros, **Partes**, testemunhas e congêneres.

6.2. As **Partes** elegem a cidade de Matopiba, como sede da Arbitragem, conforme previsto na cláusula compromissória.

6.3. As audiências iniciais ocorrerão de maneira remota entre os dias 06 a 09 de maio de 2026, enquanto as últimas audiências ocorrerão presencialmente, em São Paulo, nos dias 22 e 23 de maio de 2026.

6.4. O local de assinatura da sentença arbitral será a cidade de Matopiba/PN, Brasil;

## VII. DO CALENDÁRIO

7.1. As **Partes** terão até o dia 17 de fevereiro de 2026 para solicitar esclarecimentos à Secretaria da CAMAGRO, via e-mail [competicao@camagro.com.br](mailto:competicao@camagro.com.br);

7.2. As **Partes** devem entregar as alegações escritas até o dia 12 de abril de 2026.

7.3. As sustentações orais serão realizadas entre os dias 06 a 09 de maio de 2026 e 22 e 23 de maio de 2026.

## **VIII. DIREITO APLICÁVEL**

8.1. A presente Arbitragem será julgada conforme a legislação brasileira vigente, não estando os árbitros autorizados a decidir por equidade.

## **IX. REGRAS DE PROCEDIMENTO**

9.1. A Arbitragem será regida pelo Regulamento, bem como pelo Código de Ética da CAMAGRO e, na omissão destes, pelas normas da Lei nº 9.307/96.

## **X. VALOR DA DISPUTA**

10.1. A **Requerente** estimou o valor global de seus pleitos em R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), enquanto a **Requerida** estimou o valor de seus pedidos reconventionais em R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

10.2. Assim, em decorrência da compatibilidade parcial de pedidos, fixa-se o valor histórico do litígio em R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), o que, a qualquer tempo no curso da presente Arbitragem, e com fundamento nos documentos e alegações apresentadas pelas **Partes**, o valor da causa poderá ser reajustado pelo Tribunal Arbitral e/ou pela CAMAGRO.

## **XI. DAS CUSTAS DA ARBITRAGEM**

[...]